RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 22 de Novembro de 2026

De decreto que atinge polícias a resolução sobre aborto, oposição arma blitz no Congresso contra medidas do governo

As iniciativas têm vindo na maior parte do Senado

O Globo

Após expandir a presença em cargos na cúpula do Congresso e à frente de comissões relevantes, a oposição iniciou o ano com um pacote de projetos para barrar iniciativas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No Senado, já foram apresentadas 17 iniciativas desde janeiro para derrubar medidas do Executivo, número quatro vezes maior que o do mesmo período do ano passado. Já na Câmara, foram 62, contra dez na largada de 2024.

O movimento ganhou impulso também diante dos sinais de desgaste da gestão petista. Pesquisa Datafolha divulgada na sexta-feira mostra Lula em seu pior momento dos três mandatos, com 24% de avaliação positiva no eleitorado (queda de 11 pontos pontos em dois meses) e 41% de avaliação negativa (alta de sete pontos no mesmo período).

Parte das propostas apresentadas agora se concentra na tentativa de derrubar o decreto de dezembro do ano passado que prevê o uso da força e de armas de fogo por policiais apenas como último recurso, em caso de risco pessoal.

A norma se transformou num impasse entre o governo federal e governadores da direita, como Cláudio Castro (PL), do Rio; Ronaldo Caiado (União Brasil), de Goiás; Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo; e Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais. As críticas giram em torno dos repasses financeiros aos estados. Apesar de a adoção não ser obrigatória, servirá como condição para o envio de verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) a ações como a aquisição dos equipamentos.

Na justificativa do projeto, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) alega que, se o Executivo deseja tratar do assunto, deve apresentar um projeto de lei. O texto ainda não começou a tramitar, mas deve seguir para a Comissão de Segurança Pública do Senado, assim que for instalada — o senador é o indicado para presidir o colegiado. Há propostas com o mesmo teor também dos senadores Magno Malta (PL-ES), Jorge Seif (PL-SC) e Mecias de Jesus (Republicanos-RR).

Também há tentativas de barrar a medida que deu à Funai o poder de polícia para proteger terras indígenas e atende a uma exigência do Supremo Tribunal Federal (STF) de dezembro do ano passado. Integrantes da bancada ruralista defendem que essa atribuição continue apenas com os órgãos de segurança estaduais e a Polícia Federal (PF), de modo a evitar a “insegurança no campo”. Já ativistas classificam a norma como uma forma de fortalecer o combate à criminalidade nas terras indígenas.